

Universidade Federal da Paraíba
II Curso de Especialização em Direitos Humanos
Comissão de Direitos Humanos

**A FUNÇÃO SOCIAL DO CURSO DE FORMAÇÃO POPULAR E O
SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DAS
MULHERES DO MEIO POPULAR.
ESTUDO DE CASO: ASSOCIAÇÃO SANTO DIAS**

Marinalva Clementino da Silva

JOÃO PESSOA – PB
DEZEMBRO DE 2002

Universidade Federal da Paraíba
II Curso de Especialização em Direitos Humanos
Comissão de Direitos Humanos

**A FUNÇÃO SOCIAL DO CURSO DE FORMAÇÃO POPULAR E O
SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DAS
MULHERES DO MEIO POPULAR.
ESTUDO DE CASO: ASSOCIAÇÃO SANTO DIAS**

Marinalva Clementino da Silva

Marconi José Pimentel Pequeno
(Orientador)

JOÃO PESSOA – PB
DEZEMBRO DE 2002

MARINALVA CLEMENTINO DA SILVA

**A FUNÇÃO SOCIAL DO CURSO DE FORMAÇÃO POPULAR E O
SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DAS
MULHERES DO MEIO POPULAR.
ESTUDO DE UM CASO: ASSOCIAÇÃO SANTO DIAS**

Monografia de Especialização

**JOÃO PESSOA – PB
DEZEMBRO DE 2002**

S586f

Silva, Marinalva Clementino da.

A função social do curso de formação popular e o seu papel na construção da cidadania das mulheres do meio popular; estudo de um caso: Associação Santo Dias / Marinalva Clementino da Silva.

João Pessoa, 2002.

44p.

Orientador: Marconi José Pimentel Pequeno.

Monografia (especialização)

UFPB/Comissão de Direito Humanos.

1. Direitos humanos - Associação Santo Dias. 2. Cidadania
3. Educação popular - Associação Santo Dias.

UFPB/BC

CDU: 347.7(043.2)
2.ed.

MARINALVA CLEMENTINO DA SILVA

**A FUNÇÃO SOCIAL DO CURSO DE FORMAÇÃO POPULAR E O
SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DAS
MULHERES DO MEIO POPULAR.**

ESTUDO DE UM CASO: ASSOCIAÇÃO SANTO DIAS

Data da defesa: 05/02/2003

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marconi José Pimentel Pequeno
Departamento de Filosofia – UFPB
(Orientador)

Profa. Ms. Lúcia Lemos Dias
Departamento de Serviço Social – UFPB
(Membro da banca)

Prof. Esp. Paulo Vieira de Moura
Departamento de Estudo Básico e Direito Privado – UFCG
(Membro da banca)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a *Deus*, pela força e coragem que nos deu para enfrentar este desafio, por não nos ter deixado nos momentos difíceis e, principalmente por nos ter permitido chegar à conclusão deste curso.

Agradeço a Associação Santo Dias, através de sua Direção: *Cleto Leclerc, Eduardo José Rabelo Loureiro e Maria Socorro Augusta Beserra*, pela oportunidade de crescermos como profissionais e agentes multiplicadores, contribuindo para a construção da cidadania.

Agradeço ao Prof. Dr. *Marconi José Pimentel Pequeno*, orientador desta monografia, pela competência com que sempre conduziu sua orientação e pelo carinho.

Agradeço ao corpo docente da UFPB: *Giuseppe Tosi, Eduardo Rabenhorst, Luciano Mariz Maia, Paulo Vieira de Moura, Rubens Pinto Lyra, Fábio Barbosa de Freitas, Maria Nilza Ramalho Cirne, Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Giovanni da Silva de Queiroz, Carlos André Cavalcante, Maria de Fátima Martins Catão, Jaldes Reis de Menezes*, pelos conhecimentos e experiências profissionais e de vida, transmitidos com dedicação e carinho.

Agradeço a *Valdeci Ferreira Chagas, Teresa Neumann, Severino Jeremias Silva, Mônica Galvão Trajano e Magna Galvão Trajano*, pelo apoio no decorrer do curso.

Agradeço a *Verônica Rodrigues da Silva*, da Fundação Margarida Maria Alves e *Eliene Antunes Cavalcante*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos, pelo apoio, pelo incentivo e pela amizade.

Agradeço a todos os que fazem a Associação Santo Dias, e que contribuem mesmo sem saber.

Agradeço a turma de Pós-graduação – Especialização em Direitos Humanos, pela solidariedade, interação, dinamismo e força de vontade de serem especialistas em Direitos Humanos, superando todos os obstáculos.

Enfim, agradeço a todos os que, direta ou indiretamente, reconheceram as nossas dificuldades e limitações, nos apoiaram contribuindo de alguma forma para atingirmos nossos objetivos.

Aos meus pais *Manoel Firmino da Silva* e *Benedita Clementino da Silva* e minhas irmãs *Marineide Clementino Leal* e *Mauricéa Clementino Moura*, pelo amor, dedicação e força recebida para continuar mesmo encontrando dificuldades, **DEDICO.**

“ Se planejarmos para um ano, devemos plantar cereais. Se planejarmos para uma década, devemos plantar árvores. Se planejarmos para toda vida, devemos treinar e educar o homem”

(Kwan-Tzu, filósofo chinês, séc. III)

SUMÁRIO

Resumo.....	
.....i	
Abstract.....	
ii
Introdução.....	
.....01	
I	– Educação em Direitos
Humanos.....03	
II – Associação Santo Dias: Origem e Estrutura Organizacional	
.....11	
III	– Educação
popular.....17	
IV	–
Conclusão.....33	

V	–	Referências
Bibliográficas.....		35
		VI –
Anexos.....		37

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar a função social dos cursos de formação na construção da cidadania das mulheres do meio popular, dentro de uma visão crítica e pedagógica, considerando a educação popular como metodologia. Utilizamos para tal, uma amostra de 30 mulheres do curso de pintura, decoração de festa e doces e salgados.

Os resultados mostraram que os cursos do módulo básico do Projeto Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável: Questão de gênero e cidadania, Ética e Ética profissional e Comunicação, juntamente com algumas oficinas, contribuem satisfatoriamente para a construção da cidadania das mulheres do meio popular.

As nossas conclusões nos permitem afirmar que, havendo uma conscientização por parte dos educadores na partilha do saber popular e do saber acadêmico, entre a teoria e a prática, juntamente com os educandos, estaremos construindo elementos novos e melhorando a nova prática, como resultado de uma nova construção coletiva.

Palavras chaves: cidadania - educação popular - Direitos Humanos

ABSTRACT

The present work aimed at to analyze the social function of the formation courses in the construction of the women's of the popular way citizenship, inside of a critical and pedagogic vision, considering the popular education as methodology. We used for such, a sample of 30 women of the painting course, party decoration and sweet and salted.

The results showed that the courses of the basic module of the Project Generation of Income and Maintainable Development: Gender subject and citizenship, Ethics and professional Ethics and Communication, together with some workshops, contribute satisfactorily to the construction of the women's of the popular way citizenship.

Our conclusions allow to affirm us that, having an understanding on the part of the educators in the share of the popular knowledge and of the academic knowledge, between the theory and the practice, together with the students, we will be building new elements and improving the new practice, as a result of a new collective construction.

Key words: citizenship - popular education - Human Rights

INTRODUÇÃO

Engajada no processo educacional em Direitos Humanos e ciente do papel de formar cidadãos conscientes, críticos, construtores e transformadores da sua própria realidade, apresento este trabalho que surgiu da necessidade de analisar a função social do curso de formação popular e o seu papel na construção da cidadania, através de desenvolvimento de pessoas por meios de ações educativas, voltadas para a construção da cidadania.

Pensando assim, escolhi o Projeto da Associação Santo Dias, “*Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável*”, a fim de analisar o modo como um curso de formação profissional pode contribuir para o desenvolvimento da consciência cidadã das mulheres do meio popular que dele participam.

Em termos técnicos e metodológicos, utilizamos entrevistas e questionários aplicados aos alunos do projeto *Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável*, com a finalidade de perceber em que sentido é possível a construção da consciência cidadã das mulheres do meio popular. Nosso objetivo consistiu em não apenas analisar a função social do referido curso, mas também identificar o perfil da mulher do meio popular que participa dessas ações e sobretudo, identificar de que maneira suas práticas criam as condições para um exercício efetivo dos direitos humanos.

Considerando o meu envolvimento como voluntária nos cursos de formação da Associação Santo Dias, senti a necessidade de realizar uma pesquisa com as mulheres do meio popular, que fazem parte do Projeto

Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável, para tornar público a contribuição desses cursos no desenvolvimento da consciência cidadã das mulheres do meio popular que dele participam.

Desenvolver uma proposta de trabalho de natureza comunitária não é tarefa das mais fáceis, muito pelo contrário, é preciso que o profissional se relacione com o mundo, transformando-o e sendo transformado pelo mesmo, é preciso conhecer profundamente a realidade em que o mesmo está atuando para que consiga propor as soluções para situações problema.

Assim, dividimos nosso trabalho tentando primeiramente destacar o valor da educação em direitos humanos e sua importância para a construção da consciência cidadã dos indivíduos. Desse modo, no primeiro capítulo, tratamos da Educação em Direitos Humanos e sua importância para a edificação da noção de cidadania, destacando, sobretudo, a sua função no processo de elaboração de um modelo alternativo de sociedade. No segundo capítulo, apresentamos a estrutura, a organização e a origem da Instituição que se constitui em objeto do nosso estudo: a Associação Santo Dias. Aqui apresentamos as atividades desenvolvidas pela mesma, bem como – a clientela que ela atende. Tentaremos, com isso, demonstrar o valor que os cursos de formação para a cidadania, bem como os cursos de *Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável* assumem na vida social das mulheres de baixa renda.

Por fim, no último capítulo, tratamos da Educação Popular e do seu papel no resgate da cidadania e na formação do indivíduo livre e responsável. Destacamos, ainda, os princípios norteadores da noção de educação popular e em que esta difere de Educação Tradicional.

I – EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

“Cidadania só existe, quando os cidadãos e cidadãs têm: casa, comida, trabalho, educação, saúde e lazer”.

D. José M^a Pires

A educação em direitos humanos é uma realidade recente no nosso país. Foi no contexto da transição democrática, que ela emerge no cenário social e educacional, ou seja, a partir do período de redemocratização do país, em que era forte o clima de mobilização da população não somente do ponto de vista político, mas também sócio econômico e cultural.

A ausência de uma cultura em Direitos Humanos demonstra a necessidade de se fortalecer a sociedade civil e construir alternativas viáveis com vistas ao exercício pleno da cidadania e a um novo modelo de sociedade, em que seja resguardado a todos o direito de exercê-la.

Diante da necessidade de construção de um novo estado de direito, surge a preocupação com a construção de uma nova cultura política e uma cidadania ativa, profundamente marcada pelo reconhecimento e afirmação dos direitos humanos fundamentais. Nesse horizonte, a educação em direitos humanos aparece com um potencial especialmente relevante e significativo.

A partir da Constituição de 1988, iniciamos um lento processo de reeducação e de conscientização da população em geral visando a concretização da tão almejada igualdade de oportunidade e dos direitos de cidadania. Os setores vulneráveis da população, como mulheres, negros (as), pobres, índios (as), crianças, idosos (as), homossexuais, enfim, todos aqueles que sempre sofreram com as discriminações e os preconceitos, alcançaram novos status, nos termos da Lei Maior.

Assim, com a promulgação da constituição brasileira, considera-se que houve um grande avanço do ponto de vista da incorporação no plano jurídico dos direitos humanos das diferentes gerações. Sobre tais gerações, convém realizar uma breve retrospectiva histórica.

As gerações dos direitos humanos representaram etapas distintas do processo de democratização, da busca da igualdade e da consolidação dos direitos e das garantias fundamentais nas sociedades. Os direitos humanos de primeira geração representam a perspectiva individualista da emergente sociedade capitalista burguesa, tendo a sua expressão nas garantias dos direitos civis e políticos, tais como os direitos à vida e à liberdade, à segurança, à integração ao espaço público em face de qualquer perspectiva despótica estatal ou religiosa. Os direitos humanos de segunda geração surgem como uma reação às tradições do individualismo burguês e às desigualdades produzidas pelo regime capitalista. Esses direitos são oriundos das reivindicações coletivas e sociais e foram fundamentados no pensamento socialista e nas lutas dos movimentos sociais, a exemplo das mulheres no final do século XIX. Os direitos humanos de segunda geração são os econômicos, sociais, culturais, relacionados à igualdade de oportunidades, à diversidade cultural e de gênero na perspectiva de uma vida com qualidade. Os direitos humanos de terceira e quarta gerações ultrapassam as demandas individuais, como os ecológicos e os coletivos: de autodeterminação de povos, de grupos regionais, étnicos-raciais, a exemplo do Timor Leste e do povo saarauí, que lutam pelo apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) à realização de *referendum* para a ratificação de suas independências. As problemáticas do pluralismo e do multiculturalismo, os debates sobre a engenharia genética e a ética da clonagem humana definem a contemporaneidade dos direitos humanos de quarta geração.

Como diz Alceu de Amoroso Lima: *“Os direitos humanos partem da afirmação da liberdade, não se trata, porém, apenas da defesa da liberdade individual, mas também, da defesa da exigência de justiça”*. (Amoroso Lima, 1984:160). Os direitos humanos, por conseguinte, não são uma tema apenas do direito positivo, mas também da ética. Devemos identificar, todavia, os direitos básicos fundamentais, sem os quais não podemos construir uma hierarquia de direitos.

Em sua dimensão educativa, afirmar que os Direitos Humanos são direitos “naturais”, que as pessoas “nascem” livres e iguais, não significa afirmar que a consciência dos direitos seja algo espontâneo. O homem é um ser, ao mesmo tempo, natural e cultural, que deve ser “educado” pela sociedade. A educação para a cidadania constitui, portanto, uma das dimensões fundamentais para a efetivação dos direitos, tanto sob a forma de educação formal, quanto de educação informal ou popular e nos meios de comunicação.

A educação em Direitos Humanos deve penetrar nas diversas dimensões da ação educativa, não podendo, por isso, se desvincular das práticas sociais. Tem, pois, que se expressar em atitude, saberes, comportamentos e compromissos, com base no exercício da cidadania e na vida cotidiana em seus diferentes âmbitos.

O discurso dos direitos humanos está marcado hoje por uma forte polissemia e, conseqüentemente, as maneiras de se entender a educação em direitos humanos também. É possível, com efeito, nessa área distinguir pelo menos dois grandes enfoques.

O primeiro é marcado pela ideologia neoliberal, que concebe os direitos humanos como uma estratégia destinada a melhorar a sociedade dentro do modelo vigente, sem questioná-lo. Trata-se aqui de enfatizar os direitos individuais, as questões éticas e os direitos civis e políticos, estes centrados na participação, nas eleições. Temas como discriminação racial e

de gênero, preconceito, violência, segurança, drogas, sexualidade, tolerância, infância e adolescência, meio ambiente adquirem pouca relevância. O horizonte de cidadania passa pela formação de sujeitos produtores e empreendedores, ou ainda, de consumidores.

O segundo enfoque parte de uma visão dialética e contrahegemônica, em que os direitos humanos são vistos como mediações para a construção de um projeto alternativo de sociedade inclusiva, sustentável e plural. Enfatiza, ainda, uma cidadania coletiva, que favorece a organização da sociedade civil, privilegia os atores sociais comprometidos com a transformação social e promove o empoderamento dos grupos sociais e culturais marginalizados.

Portanto, tratar do tema da educação em direitos humanos, nos leva também ao tratamento das questões referentes aos procedimentos pedagógicos, a escola, aos campos da educação formal e informal, possibilitando uma ação pedagógica libertadora. E ao se falar em uma pedagogia libertadora, falamos em uma educação no campo dos direitos humanos.

O educador Paulo Freire já afirmou que não há educação fora das sociedades humanas, como também não se pode pensar no ser humano isolado. Nem a educação se dá num espaço abstrato, nem o ser humano existe no vazio. E é aqui que aparece o desafio de uma nova educação que incorpore em sua prática uma linha de direitos humanos como referência básica para o reconhecimento e o exercício prático da cidadania na construção de uma nova ética, uma nova consciência social, solidária, que traduza em práticas sócio-políticas, transformadoras. A educação em direitos humanos diz respeito à formação de sujeitos de direitos.

No Seminário promovido em novembro de 1999 pelo Instituto Inter-americanos de Direitos Humanos (IIDH) da Costa Rica sobre a Educação em Direitos Humanos na década de 90 no continente latino-americano

afirmou-se que seria importante reforçar três dimensões da educação em Direitos humanos. A primeira diz respeito à formação de sujeitos de direito. Ora, a maior parte dos cidadãos latino-americanos tem pouca consciência do que é sujeito de direito. Outro elemento fundamental na educação de Direitos Humanos é favorecer o processo de “empoderamento” (“empowerment”). O “empoderamento” começa por liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social. O terceiro elemento diz respeito ao processo de mudança, de transformação necessários para a construção de sociedades verdadeiramente democráticas e humanas. A sociedade nova que sonhamos exige atores sociais comprometidos, processos coerentes com o que se pretende alcançar, que enfatizem métodos pacíficos e não violentos.

Historicamente no Brasil, a prática de educação em Direitos Humanos surge no contexto das lutas e movimentos sociais pelo direito civis, políticos, econômicos, sociais e culturais (lutas em torno da anistia, da reforma agrária, do meio ambiente, dos direitos trabalhistas, dos direitos reprodutivos, dos direitos de identidades étnicas, de gênero e opção sexual, dos direitos à moradia, desenvolvimento e reforma urbana, e outros) na perspectiva de conscientização do Estado e da produção social. Na trajetória das práticas de educação em direitos humanos nos revelamos – indivíduos, grupos e sociedade com toda nossa carga histórica, cultural, política e subjetiva, mesclada de contradições e incompletudes como pessoas e atores em permanente construção.

Na educação em direitos humanos descobrimos que somos humanos, aprendemos uns com os outros ao mesmo tempo e o tempo todo e também que não somos os únicos responsáveis pelo processo de construção da cidadania democrática.

O primeiro público das práticas de educação para os direitos humanos foi formado por segmentos sociais que tiveram seus direitos civis e políticos violados pelo Estado.

Hoje, com a institucionalização dos direitos humanos como política de Estado, esse público estendeu sua ação aos agentes públicos que atuam na execução de políticas sociais (segurança, justiça, assistência social, educação).

O educador em direitos humanos age em situações como:

- Desinformação e desconhecimento dos direitos e deveres da pessoa e dos direitos de cidadania;
- Ausência ou baixo nível de reconhecimento social e institucional dos direitos de cidadania;
- Não funcionalidade dos mecanismos de garantia e defesa dos direitos conquistados;
- Desrespeito, restrição e negação dos direitos e deveres da pessoa humana e dos direitos de cidadania;
- Diferentes formas e modos de violação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais;
- Falta de acesso de bens e serviços públicos;
- Restrição do direito de participação;

Várias são as barreiras no campo ético, jurídico, psicológico, cultural e político-institucional enfrentadas pela política de educação em direitos humanos, pois, como indica MARILENA CHAUI, *“não é fato óbvio para todos os homens que eles são portadores de direitos e, por outro lado, que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos”*. (CHAUI, 1998, P.46).

A educação em Direitos Humanos é um processo constante e permanente, a cada dia aprendemos, ensinamos. A ação pedagógica em formação dos direitos humanos não começa nem termina dependendo do

cargo, ela acontece em todas as circunstâncias de nossa vida, de modo informal e formal.

Com as transformações que se operam nas esferas produtivas, das mentalidades, do exercício da cidadania, devemos, como educadores, refletir sobre o sentido de promover uma educação em direitos humanos e como fazê-lo.

A educação em Direitos humanos favorece a capacidade de perceber essas buscas concretas e cria espaços onde se socializa tal experiência. A educação em direitos humanos está referida radicalmente a esta vontade de afirmação da vida.

Os movimentos sociais que se desenvolveram com especial força em todo o continente nas últimas décadas (consciência negra, grupos indígenas, cultura e educação popular, movimento feminista, etc), favoreceram a formação de uma nova consciência acerca das diferentes culturas.

No entanto, a cultura que predomina nas práticas educativas é extremamente homogênea e está vinculada à visão de determinados grupos sociais. A educação em direitos humanos favorece o reconhecimento dos diferentes grupos sociais e culturais, gera espaços para que os valores, conhecimentos e tradições sejam realçados e fomenta o diálogo intercultural. Articular igualdade e diferença é uma de suas preocupações fundamentais. Como afirma o sociólogo português Boaventura Souza Santos, *“Temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizem; temos o direito de sermos diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”*. (Apud Paiva, Jornal do Brasil, 10/09/1995)

A Educação em Direitos Humanos trabalha constantemente o ver, a sensibilidade e a conscientização sobre a realidade. Serve de crítica e orientação em relação às diferentes práticas sociais (jurídica, econômica e educativa) na luta nunca acabada por uma ordem social mais justa e livre.

A permanente luta pela construção de uma cidadania democrática demanda um referencial ético-social comunitário.

II – A ASSOCIAÇÃO SANTO DIAS: ORIGEM E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.

“No fundo de cada utopia não há somente um sonho, há também um protesto”.

Oswaldo de Andrade

“É em meios às grandes crises que surgem as melhores soluções”. Com este cenário, nasceu a Associação Santo Dias (ASD) no dia 13 de dezembro de 1982.

Em 1982, às 19:30 horas, realizou-se na Avenida Tabajara, nº 199, em João Pessoa/PB, a Assembléia de fundação da Associação Santo Dias. Foram trinta e quatro pessoas que participaram da ata de fundação e tornaram-se fundadores da ASD, todos eram membros efetivos da Pastoral Operária.

Durante nove meses, os membros efetivos prepararam o nascimento da Associação e a batizaram Santo Dias, em memória do operário metalúrgico Santo Dias, assassinado pela polícia no dia 30 de outubro em 1979, num piquete em frente à fábrica Sylvania, em São Paulo. A partir dessa data nasceram novas organizações no país e entre elas, a Associação Santo Dias, que se encarregou de levar adiante essa proposta, principalmente porque na época havia um sonho coletivo de que uma nova sociedade estava por vir.

A Associação Santo Dias é uma organização não governamental, civil e sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com personalidade jurídica na forma da lei, que tem por objetivos:

- Fomentar a união e a solidariedade entre os operários cristãos;
- Desenvolver atividades culturais e recreativas;

- Desenvolver obras de educação, ensino e assistência social que beneficiem os familiares do meio popular, sobretudo os dos trabalhadores de baixa renda.
- Fomentar a formação e a defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana e promover a implantação de tais direitos.

A associação Santo Dias é constituída por uma Assembléia Geral, uma diretoria e um Conselho Fiscal. A Assembléia Geral é a reunião plenária dos sócios, órgão deliberativo máximo da associação. Compete à Assembléia Geral, privativamente:

- Eleger e empossar a Diretoria e o Conselho fiscal;
- Excluir sócios do quadro social;
- Destituir membros da Diretoria e do Conselho fiscal, procedendo na ocasião a eleição de um novo sócio que deverá exercer as funções do destituído até o término do mandato;
- Deliberar sobre a fundação de novos estabelecimentos;
- Examinar o parecer do Conselho fiscal sobre as cartas da Diretoria;
- Determinar as linhas gerais de ação da ASD;
- Alterar e reformar os estatutos;
- Decidir sobre a extinção da Associação Santo Dias;
- Deliberar sobre a alienação dos bens imóveis, bem como gravá-los com ônus real.

A Diretoria é composta de um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um vice-tesoureiro, um secretário. A competência de cada função é definida pelo Estatuto.

O conselho fiscal é constituído por três membros eleitos pela Assembleia Geral. As respectivas competências são definidas pelo estatuto.

O património social da ASD é formado por bens móveis e imóveis e semoventes. Como imóveis, têm-se atualmente a Granja Tamatuapé (17 has) em Alhandra, o Centro Santo Dias (600 mts²), uma sede no conjunto Ernani Sátiro e uma sub-sede no centro da capital, o Grupo Escola Thomaz Mindelo.

A Associação Santo Dias oferece os seguintes serviços:

- *O Coletivo Feminino Santo Dias – Mulheres do meio popular*
 - Desempenho de um papel crítico nas questões de gênero;
 - Integração das mulheres do meio popular nas lutas por igualdade de gênero;
 - Capacitação e fundamentação técnica das mulheres do movimento popular e sindical da vida comunitária e da vida política do Estado;
 - Formação de novos quadros e lideranças femininas de origem popular na Paraíba;
 - Promoção de eventos sensibilizadores contra aspectos de violência institucional e a favor da cidadania plena da mulher;
 - Realização de oficinas sobre produção e geração de renda, como: pintura, decoração para festa, crochê, ponto de cruz artístico, doces e salgados, fabricação artesanal de velas perfumadas, alimentação alternativa, fitoterapia, doces caseiros.
- *A Escola Natureza para crianças e adolescentes*
 - Proteção especial às crianças e adolescentes na educação à saúde;

- Educação ambiental, protegendo crianças e adolescentes dos vícios da rua e levando-os à luta pelo direito pleno à cidadania;
- Capacitação e formação de educadores.
- Reforço dos pais na educação dos filhos, capacitando-os nas questões de saúde como também na formação pedagógica dos mesmos.

No Centro de Formação Santo Dias há ainda programas de formação para:

- Crianças e adolescentes – Escola Natureza;
- Mulheres do meio popular - Coletivo Feminino Santo Dias;
- Trabalhadores (a) dos movimentos populares;
- Agricultores, assentados e pequeno produtores rurais.

No Centro Tamatuapé, Centro Referencial da Pequena Produção são realizados:

- Plantação acompanhada e criação de animal de pequeno porte;
- Desenvolvimento de ovinocultura, caprinocultura, avicultura e piscicultura;
- Comercialização.

Na Associação Santo Dias temos sede e sub-sede que oferecem:

- *Sede:*

- Serviços de biblioteca;
- Central de documentação e computação;
- Salão para cursos e oficinas de produção e geração de renda.

- *Sub-sede:*

- Local de encontro;
- Articulação e mobilização do público alvo.

Em 1989, foi fundado o Coletivo Feminino Santo Dias, com a proposta de desenvolver programas e projetos de cunho social, econômico e político, que contribuam na elaboração de novas formas de relação entre mulheres e homens na sociedade.

O Coletivo Feminino Santo Dias é um espaço para acolher mulheres excluídas da cidadania no seu cotidiano de lutas em casa e no trabalho. São mulheres do meio popular, moradoras em favelas, conjuntos habitacionais com população de baixa renda (donas de casas, mulheres desempregadas, estudantes, comerciárias, funcionárias públicas, professoras e trabalhadoras domésticas). Faz quatro anos que a Associação Santo Dias, através do Coletivo Feminino Santo Dias, oferece cursos profissionalizante, que antes eram cursos inseridos esporadicamente em seminários, oficinas, etc.

Através do Projeto “*Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável*”, identificamos as dificuldades que afetam o cotidiano destas mulheres, impedindo o desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades. Eis por que foi constituído dentro de um processo de qualificação e de requalificação profissional através de cursos e oficinas, capacitando para o mercado informal, aumentando a renda familiar, resgatando a sua auto-estima e, conseqüentemente melhorando a sua qualidade de vida.

O projeto “*Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável*” tem duração de 1 (um) ano. Financiado pela Alemanha, destina-se a mulheres do meio popular, moradoras em favelas, conjuntos habitacionais de população de baixa renda (donas de casa, mulheres desempregadas, estudantes, comerciarias, funcionárias públicas, professoras e trabalhadoras domésticas).

As disciplinas do Projeto são divididas em dois módulos:

- *Básico (Formação humanas) com 246 h sendo 24h mensais:*
 - Gestão;
 - Matemática;
 - Associativismo e cooperativismo;
 - Questões de gênero e cidadania;
 - Ética e Ética profissional
 - Comunicação;
- *Específicos (cursos profissionalizantes) com 396 h, sendo 36 h mensais:*
 - Decoração e Festas;
 - Crochê;
 - Doces e salgados;
 - Ponto de cruz artístico;
 - Pintura;
 - Confeção de bonecas
 - Polpa de frutas
 - Doces caseiros.

Vale ressaltar que no dia 13 de dezembro de 2002, a Associação Santo Dias em João Pessoa – Paraíba, completou 20 anos de atividades, contribuindo para a formação do cidadão crítico, competente e permitindo-lhes a luta pela efetivação dos direitos humanos.

III – EDUCAÇÃO POPULAR

“O verdadeiro direito do homem é aquele de adquirir direito”.

Fichte

Baseada na realidade sócio-econômica – cultural e política da cidade de João Pessoa, a Associação Santo Dias utiliza a educação popular como meio de socialização do saber. A metodologia freiriana é adotada como referencial para o Projeto *“Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável”*.

A Educação Popular pode ser concebida como um instrumento de desenvolvimento da consciência crítica popular na medida em que oferece instrumentos para que os agentes populares de transformação sejam capazes de lutar e conquistar uma existência digna.

Trata-se, pois, de desenvolver as potencialidades de cada pessoa, a fim de se garantir a conscientização do homem enquanto ser humano, sujeito participante da realidade social, capaz de raciocinar, decidir e criar.

A metodologia PTnP (prática – teoria – nova prática), utilizada em tal Associação consiste em ver, julgar e agir de acordo com o nível de saber de cada grupo, visando a partilha do saber popular e do saber acadêmico. Nesse sentido, pode-se estabelecer um vínculo entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer, construindo elementos novos e melhorando a nova prática, que será o resultado de uma construção coletiva dos agentes sociais envolvidos na experiência. Como diz Afonso Ibanéz:

“... As práticas de educação popular buscam inserir-se nos processos sociais e organizativos da população, visando à resolução de seus problemas, necessidades e aspirações, num contexto bem determinado. Em qualquer caso,

põem-se em marcha ou impulsionam-se processos sociais de ação consciente e organizada, por meio de uma reflexão crítica de sua situação, que permitam modificá-la no sentido do projeto histórico popular. Ele conduz, normalmente, à elaboração das estratégias político-pedagógicas de intervenção, em função do apoio e potencialização do protagonismo de distintos sujeitos populares. Estamos, então, diante de experiências da realidade que são susceptíveis de ser entendidas e, portanto, sistematizada de maneira dialética. Essas experiências de educação popular podem ser lidas ou compreendida como uma unidade rica e contraditória, cheia de elementos construtivos que estão presentes num movimento próprio e constante... além disso estas experiências, estes processos sociais, organizativos e culturais muito específicos, estão, por sua vez, relacionados com outros processos da realidade que possuem características similares...”. (Alfonso Ibanéz, 1991, p.33)

Nessa metodologia PTnP, o educador popular é aquele que serve ao grupo, estimulando seus integrantes à prática de solidariedade e da ajuda mútua, jamais fomentando entre eles a competição e a hostilidade; fazendo com que todos desenvolvam o conhecimento, na troca contínua de informações relevantes, fortalecendo a autonomia, nunca impondo fins e meios, mas criando condições para que eles encontrem por si mesmo. Acredita, enfim, que ao descobrir e viver o melhor, ninguém opta pelo pior.

Assim, a educação popular justifica-se, tanto pelo fato de não ser um espaço particular que a caracteriza e sim a natureza das relações de convivência, quanto pela necessidade de atingir o número máximo de grupos sociais para que se torne eficaz o projeto de transformação dos indivíduos, da sociedade e do Estado. A educação popular objetiva democratizar a sociedade e o Estado, mediante a formação de hábitos,

atitudes, posturas e gestos democráticos dentro dos grupos atuais, preparando a sociedade para instaurar um Estado em que realmente o governo seja exercido pelo povo e para o povo; ela tenta ainda educar os grupos numa ambiência em que as decisões sejam tomadas e assumidas pelo grupo e para o grupo.

Na pesquisa com as mulheres do meio popular do Projeto “*Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável*”, detectamos que o módulo básico: “Questões de gênero e cidadania, Ética, Ética profissional e Comunicação”, foi fundamental para que as mulheres do meio popular adquirissem uma consciência política e mobilizadora.

Com o módulo específico do Projeto “*Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável*”: “Decoração e festa, Doces e Salgados e Pintura”, as mulheres do meio popular encontram um meio de inserção profissional no mercado a verdadeira utilidade de seus instrumentos de atuação.

A educação popular é um sistema aberto de trabalho educacional que, ao se realizar, configura a sua dimensão de prática social. A educação popular pode efetivar-se tanto através da escola – o ambiente tradicional – quanto através da organização formal ou informal, do sujeito enquanto indivíduo, o do sujeito coletivo, ou seja, das classes populares. Assim, a educação popular, como processo educativo de desenvolvimento social, busca o crescimento da consciência dessas classes.

A educação popular pode contribuir para a superação dos mecanismos dominantes, e de sua hegemonia político-social. A ideologia da educação popular se orienta no sentido de desmascarar essa realidade questionando os mecanismos de dominação e, ao mesmo tempo, buscando uma nova organização da sociedade. Educando para a cidadania é o primeiro passo para o desenvolvimento social sustentável em médio prazo.

O espaço pedagógico das práticas de educação popular, ao vislumbrar uma outra ordem social, aponta para uma tomada de posição política de resistência, através de variadas formas de ação conscientizadora. A partir dela pode-se desenvolver resistência às tentativas de manipulações psicológicas que, em nome da diversidade, estimulam o gesto extremado da individualidade.

Pela resistência se efetiva também o exercício da capacidade de direção política fundamental para a construção da hegemonia¹ dos vários setores das classes subalternas. Isso torna possível o caminho para a conquista da cidadania, entendida como a explicitação das possibilidades de acesso do indivíduo à produção, à gestão e ao usufruto dos bens e serviços da sociedade, rompendo com o fenômeno, tão atual, da exclusão social.

Resistência às formulações de uma ética e de uma moral utilitária que fomentam e enfatizam a individualidade em nome de um benefício pessoal. A ela contrapõe-se a ética da comunicação, do diálogo, da responsabilidade social, da democratização, da justiça social, da igualdade de direitos, do respeito às diferenças, e às escolhas individuais e grupais, elementos que potenciam a dimensão comunitária e a solidariedade entre as pessoas.

Educação popular expressa, ainda, a busca da liberdade. Liberdade no sentido político, cujo exercício se espelha no respeito aos direitos dos outros; liberdade no sentido ético, que possibilita o direito de agir das pessoas, longe de determinações externas; liberdade no sentido filosófico, que mostra as condições e limites do exercício dessa própria liberdade, considerando a existência do outro, com a clareza de que o humano não é um ser acabado, posto que histórico. Por fim, liberdade de pensamento,

1. Essa interpretação de hegemonia é desenvolvida por LIMOEIRO CARDOSO, Miriam, em seus dois livros: *La construcción de conocimientos: cuestiones de teoría y método*; e *Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: IK - JQ*

que torna o indivíduo capaz de dizer o que deseja, assumindo também, como decorrência, a responsabilidade desse pensar e desse agir. Sobre liberdade, afirma Freire:

“Penso que a liberdade, como gesto necessário, como impulso fundamental, como expressão de vida, como anseio quando castrado como ódio quando explosão de busca nos vem acompanhando ao longo da história. Sem ela, ou melhor, sem luta por ela, não é possível criação, invenção, risco, existência humana”.
(FREIRE, 1991, p.50)

Durante séculos, a educação e a política se entrecruzaram em favor dos interesses dos mandatários das terras, da fundação, do comércio e dos “donos de gente”. A partir dos anos 50, a essa concepção e a essa prática se opuseram grupos de estudantes, professores, católicos, comunistas, socialistas, sindicalistas..., utilizando-a em favor do que acreditavam ser os interesses e as necessidades das camadas populares.

Após quatro décadas, segundo Freire, a educação popular é:

- a) “Substantivamente democrática, não separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade”;***
- b) “Estimular a presença organizada das classes populares... no sentido da superação das injustiças sociais”;***
- c) “Respeitar os educandos... e por isso mesmo leva em consideração seu saber de experiências feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com o rigor de aproximação dos objetos”;***
- d) “Trabalhar, incansavelmente, a boa qualidade do ensino”;***
- e) “Capacitar suas professoras cientificamente à luz dos recentes achados em torno de aquisição da linguagem, do ensino da escrita e da leitura”;***
- f) “Em lugar de negar a importância da presença dos pais, da comunidade, dos movimentos populares na escola, se aproxima***

dessas forças com as quais aprende para a elas poder ensinar também”;

g) “Superar preconceitos de raça, de classe, de sexo e se radicalizar na defesa da substantividade democrática”;

h) “Ao realizar-se assim, como prática eminentemente política, tão política quanto a que oculta, nem por isso transforma a escola onde se processa em sindicato ou partido”.
(FREIRE,1993, p. 101/102)

Fazendo nossas as palavras de Freire, apostamos na consolidação dessa concepção político-educativa para a formação da cidadania. Deste modo, a educação poderá contribuir para a instituição de uma sociedade mais justa e menos desigual, na qual a conquista dos direitos básicos da cidadania concretizar-se-ia, em definitivo, para a imensa maioria dos que fazem o Brasil. Educação, pois, não é apenas, o processo de produção, transmissão, reprodução de conhecimento. É a produção ou reprodução de modos de sentir/pensar e agir.

A não consideração dos sentimentos e dos modos de agir das pessoas têm péssimas implicações na prática educativa, pois, com isso, desqualificam-se dimensões fundamentais da vida, o que, do ponto de vista da educação popular, significa desqualificação e empobrecimento das pessoas; não se vivência a participação, ao se impor às pessoas e grupos alguns objetivos, conteúdos, metodologia e formas de gestão que não tem ressonância e importância em sua vida. E compromete-se a eficácia da atuação quando não se considera a realidade subjetiva da pessoa de quem se deseja estar junto ou a quem se pretende presta um serviço.

O saber (sentir/pensar/agir), ou a cultura, é a matéria-prima da educação. É o indivíduo que está sendo transformado no confronto de saberes. O saber é, também, o instrumental da educação, pois os modos de

sentir/pensar/agir em intercâmbio se transformam mutuamente. Educação é formação. É, portanto, bem mais do que informação. É o aprofundamento do sentir/pensar/agir.

A educação popular é um modo orgânico e participativo de atuar na perspectiva de realização de todos os direitos do povo, ou seja, dos excluídos e dos que vivem e viverão do trabalho bem como dos parceiros, aliados e amigos na sociedade.

As conquistas trouxeram como “novidade” mais significativa no campo da “educação popular” a crescente compreensão de que a escola pública, nos seus diversos graus, constituía espaço fundamental para o desenvolvimento de tal concepção político-educativa.

A educação popular abrange um grande espectro de práticas, cada uma a seu modo, voltada para os interesses, as necessidades, os valores, a cultura e os desejos da grande maioria da nossa população: seja trabalhadora ou não, homens e mulheres, crianças, jovens e adultos, sindicalizados ou não, do campo e da cidade todos com suas múltiplas diferenças. O curso de formação de mulheres do meio popular realizado pela Associação Santo Dias permite a essas mulheres ir em busca de seus direitos no exercício de sua cidadania, sendo tratada com respeito e dignidade.

O educador popular estabelece, a partir de sua convivência com o povo, as bases de uma pedagogia em que tanto o educador como o educando, homens igualmente livres e críticos, aprendem no trabalho comum de uma tomada de consciência da situação em que vivem. Uma pedagogia deve eliminar pela raiz as relações autoritárias, em que não há “escola” nem “professor”, mas círculos de cultura e um coordenador cuja tarefa essencial é o diálogo.

Segundo Paulo Freire, *“O educador, a serviço da libertação do homem, dirigiu-se sempre as massas mais oprimidas, acreditou em sua liberdade, em seu poder de criação e de crítica”*.

A concepção educativa participativa e transformadora inspirada na “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire, é, em geral, uma proposta educativa que se coloca a serviço de um projeto mais amplo de transformação política em busca de uma sociedade mais justa, mais humana e mais fraterna. Formar para a cidadania e para a democracia é o objetivo das diferentes práticas educativas, no âmbito formal e não formal, e que passa necessariamente pela afirmação teórica e prática dos direitos humanos.

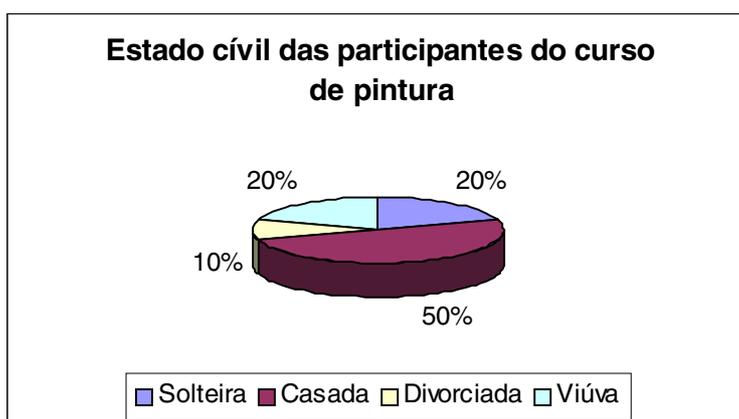
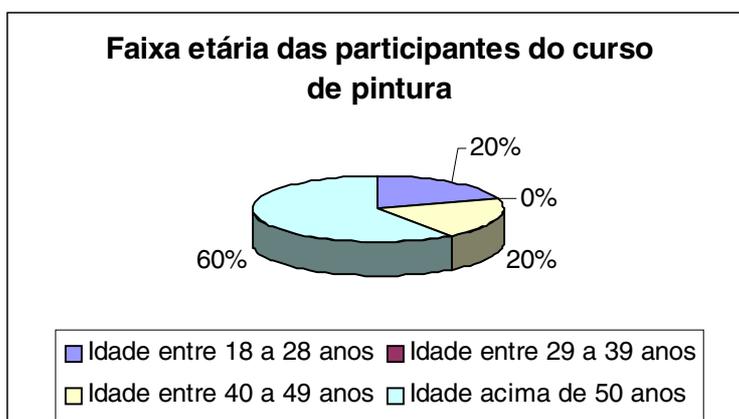
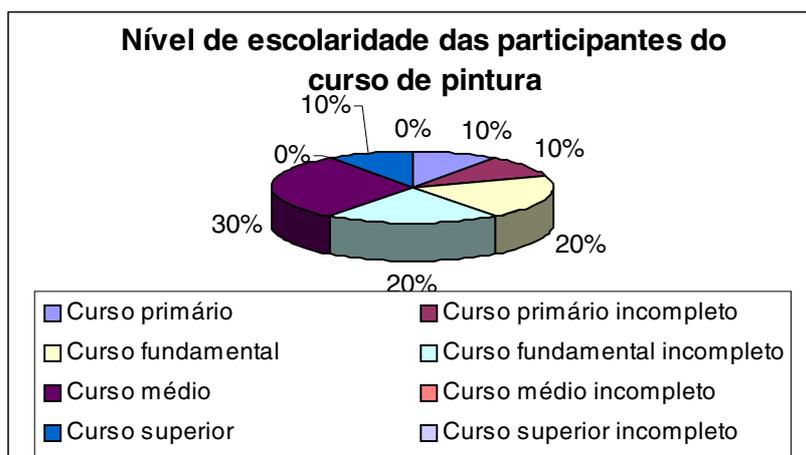
Na educação popular exige um comportamento sério e coerente que deve ser constantemente reatualizado para alcançar seu êxito. A única atitude que não podemos ter é a de meros observadores.

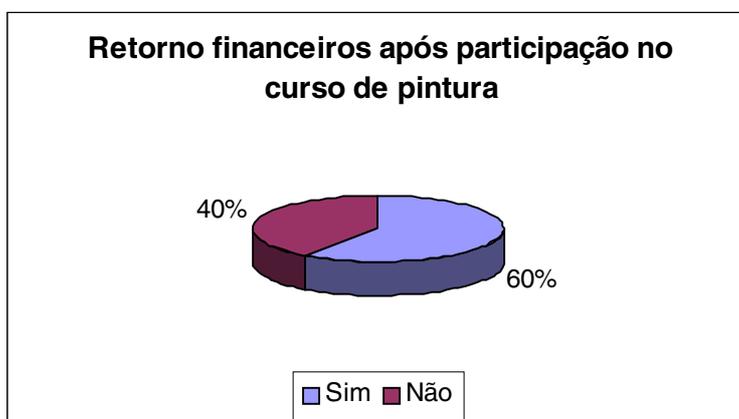
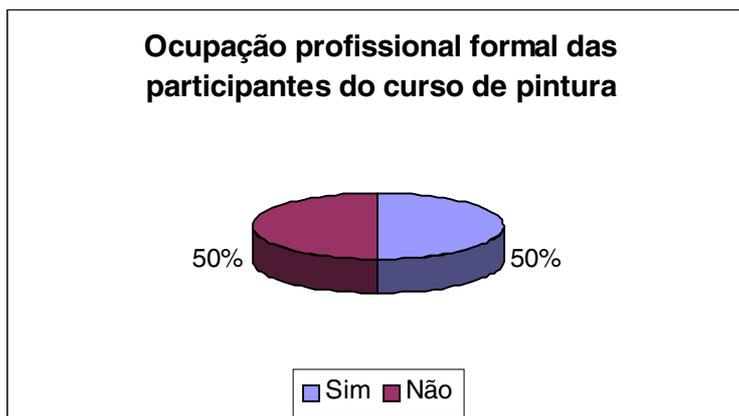
X – Com a palavra as alunas do Projeto *Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável*

Apresentaremos os dados obtidos a partir de entrevistas com as mulheres do meio popular

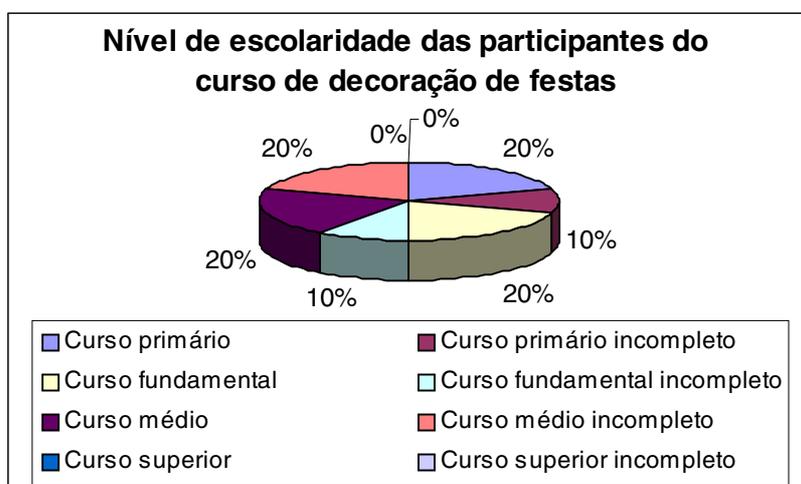
Perguntas/Respostas	Pintura	Decoração de festas	Doces e Salgados	Total	%
1. Qual é o nível de escolaridade?					
a) Curso primário	01	02	01	04	13 %
b) Curso primário incompleto	01	01	01	03	10 %
c) Curso fundamental	02	02	02	06	20 %
d) Curso fundamental incompleto	02	01	01	04	13 %
e) Curso médio	03	02	03	08	28 %
f) Curso médio incompleto	00	02	02	04	13 %
g) Curso superior	01	00	00	01	03 %
h) Curso superior incompleto	00	00	00	00	00 %
2. Qual é a sua idade?					
a) Idade entre 18 a 28 anos	02	02	04	08	27 %
b) Idade entre 29 a 39 anos	00	02	03	05	17 %
c) Idade entre 40 a 49 anos	02	02	00	04	13 %
d) Idade acima de 50 anos	06	04	03	13	43 %
3. Qual é o seu estado civil?					
a) Solteira	02	06	03	11	37 %
b) Casada	05	03	06	14	47 %
c) Divorciada	01	00	00	01	03 %
d) Viúva	02	01	01	04	13 %
4. Você trabalha em alguma empresa?					
a) Sim	05	02	00	07	23 %
b) Não	05	08	10	24	77 %
5. Após ter participado do PGRDS você consegue ganhar dinheiro com os cursos?					
a) Sim	06	07	09	22	73 %
b) Não	04	03	01	08	27 %

GRÁFICOS DAS PARTICIPANTES DO CURSO DE PINTURA

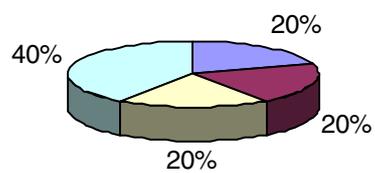




GRÁFICOS DAS PARTICIPANTES DO CURSO DECORAÇÃO DE FESTAS

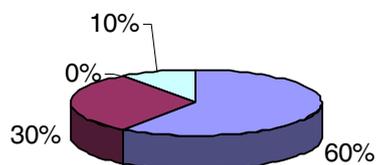


Faixa etária das participantes do curso de decoração de festas



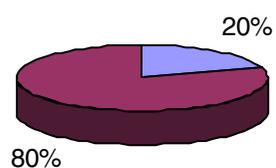
■ Idade entre 18 a 28 anos ■ Idade entre 29 a 39 anos
■ Idade entre 40 a 49 anos ■ Idade acima de 50 anos

Estado civil das participantes do curso de decoração de festas



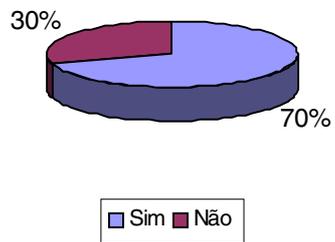
■ Solteira ■ Casada ■ Divorciada ■ Viúva

Ocupação profissional formal das participantes do curso de decoração de festas



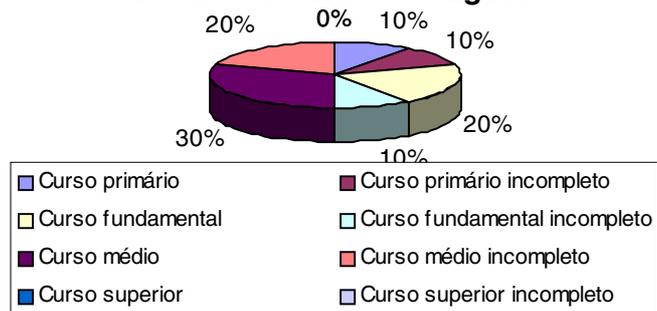
■ Sim ■ Não

Retorno financeiro após participação no curso de decoração de festas

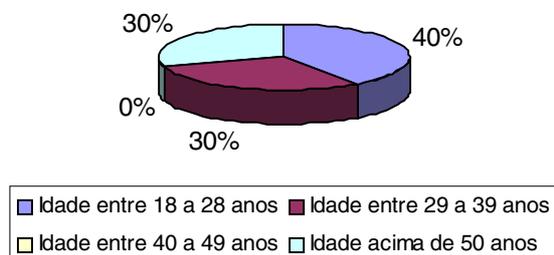


GRÁFICOS DO CURSO DOCES E SALGADOS

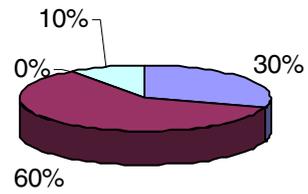
Nível de escolaridade das participantes do curso de doces e salgados



Faixa etária das participantes do curso de doces e salgados

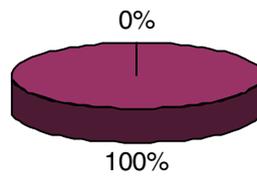


Estado civil das participantes do curso de doces e salgados



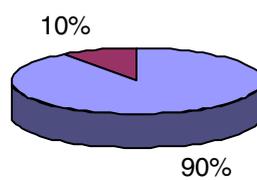
■ Solteira ■ Casada ■ Divorciada ■ Viúva

Ocupação profissional formal das participantes do curso de doces e salgados



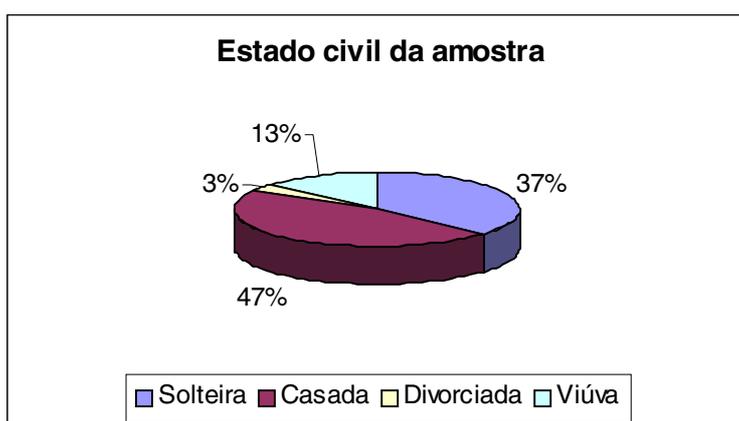
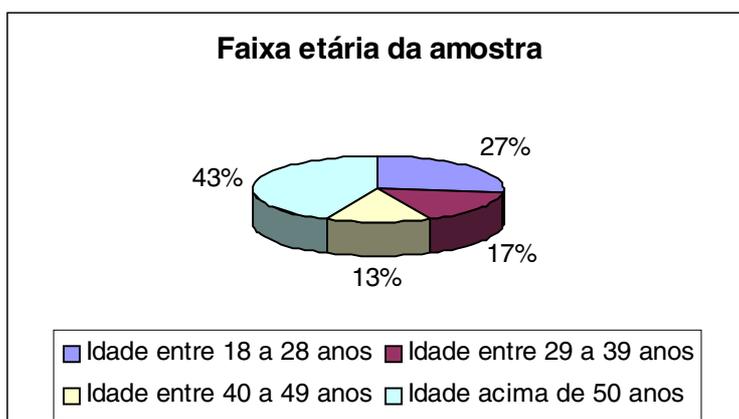
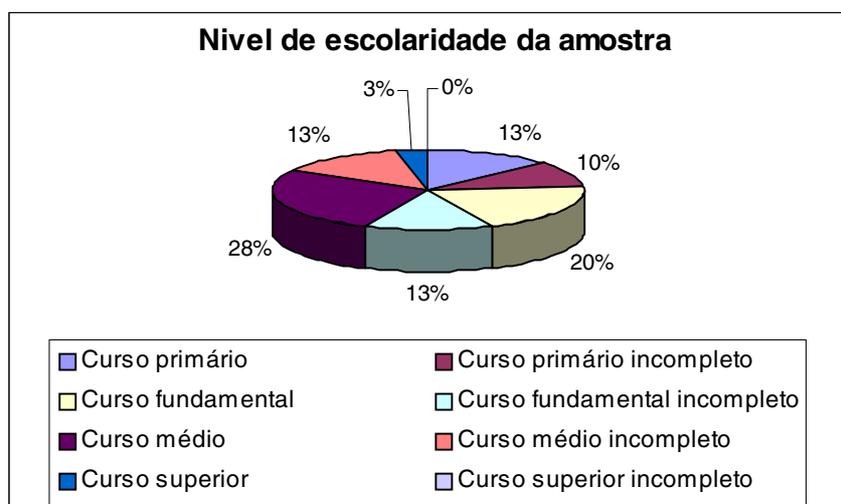
■ Sim ■ Não

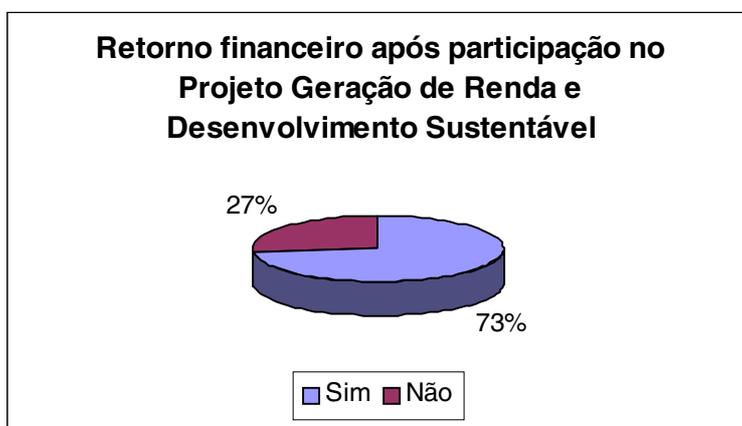
Retorno financeiro após participação no curso de doces e salgados



■ Sim ■ Não

GRÁFICOS DA AMOSTRA





IV – CONCLUSÃO

Nossa pesquisa procurou analisar a Formação Popular que caracteriza os cursos do Projeto “*Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável*” da Associação Santo Dias, tendo em vista o seu papel na construção da cidadania das mulheres do meio popular.

Podemos perceber que o módulo básico do Projeto Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável “Questão de Gênero e cidadania, Ética, Ética profissional e Comunicação” tem contribuído para que as mulheres do meio popular adquiram uma consciência política mobilizadora.

Concluimos que, apesar das dificuldades, a Associação Santo Dias tem cumprido o objetivo de preparar, através do Projeto Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável, a mulher do meio popular visando o resgate da sua cidadania.

Para isso, é necessário que os educadores criem um ambiente de aprendizagem que possibilite as mulheres do meio popular um maior desenvolvimento de suas potencialidades (ou capacidades), preparando-as, desta forma, para a construção da cidadania.

A cidadania tem sido entre nós tão precária e frágil quanto a democracia que a deveria nutrir e sustentar. Resta ver se há esperanças de que essa situação possa ser diferente no futuro. Assim sendo, analisamos os cursos do Projeto Geração de Renda e Desenvolvimento sustentável, oferecido pela Associação Santo Dias, a partir da visão das alunas e dos responsáveis pela operacionalização do mesmo, numa tentativa de propor

novas estratégias à prática adotada, a fim de fortalecer as atividades já desenvolvidas.

Assim, ao longo da pesquisa, podemos perceber o crescimento mútuo, a conscientização da mulher enquanto ser humano, sujeito participante da realidade social, que raciocina, decide e cria.

Por fim, concluímos que a teoria (que nos diz como fazer), não satisfaz, se não andar lado a lado com a prática, pois a experiência nos faz aprender e observar detalhes importantíssimos que fogem à responsabilidade da teoria e que, quando esquecidos, podem influenciar na qualidade do trabalho.

V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENUTO, Jayme (Org.). **Direitos Humanos Internacional. Avanços e desafios no início do século XXI.**

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CANDAU, Vera Maria. **Tecendo a cidadania:** oficina pedagógica de direitos humanos. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

CHAUI, Marilena. **Educação em Direitos Humanos.** In: ALENCAR, Chico. **Direitos mais humanos.** Rio de Janeiro: Garamaund, 1998.

FERREIRA, Valfredo de Sousa. **Educação:** novos caminhos em um novo milênio. 2ª ed. João Pessoa: Autor Associado, 2001. 144 p.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 150 p.

IBÁÑEZ, Alfonso. **La dialecta en la sistematización de las experiencias,** Revista Tareir Lima, Setembro de 1991.

LAMOUNIER, Bolívar. **Direito, cidadania e participação.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

LIMOEIRO CARDOSO, Mirian. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK – JQ.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUIS, Albala – Bertrad. **Cidadania e Educação.** Campinas (SP): Papirus; Brasília: UNESCO, 1999.

MAIA, Luciano Mariz. **O cotidiano dos direitos humanos.** João Pessoa: editora universitária/UFPB, 1999. 381 p.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

NOVAMÉRICA, Revista da Pátria Grande. **Direitos humanos:** para quem?. Nº 78.

PINSKY, Jaime. **Cidadania e educação**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito constitucional Internacional**. 4ª ed. Max Limonad.

SOUZA, Herbert de & RODRIGUES, Carla. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994.

STEPHAN, Sandkötter (Org.) **Educação para todos: roteiro discente sobre a sociologia da educação**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. 160 p.

ANEXO I

Questionário das alunas participantes do
Projeto Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável

Ilmo. Sr. (a).

Este questionário tem a finalidade de obter dados referentes aos cursos de formação da **Associação Santo Dias**, como parte da elaboração da monografia, para a conclusão do **II curso de Especialização em Direitos Humanos** da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

QUESTIONÁRIO:

Nome: _____

Gênero: Feminino () Masculino ()

Curso: _____

1. Qual é o nível de escolaridade? Responda conforme abaixo anotado.

- () curso primário
- () curso primário incompleto
- () curso fundamental
- () curso fundamental incompleto
- () curso médio
- () curso médio incompleto
- () curso superior
- () curso superior incompleto

2. Qual é sua idade? Responda conforme abaixo anotado.

- () idade entre 18 a 28 anos
- () idade entre 29 a 39 anos
- () idade entre 40 a 49 anos
- () idade acima de 50 anos

3. Qual é o seu estado civil? Responda conforme abaixo anotado.

() solteira () divorciada

() casada () viúva

4. O que espera do curso que a Associação Santo Dias está ministrando?

5. Qual a contribuição deste curso na sua vida profissional?

6. Você acha que o curso de comunicação, questões de gênero e cidadania, associativismo e cooperativismo, matemática e gestão, ética e ética profissional, provocaram mudança na sua vida?

7. O curso motiva os alunos a participar dos encontros realizado pela Associação Santo Dias?

8. Em que o conteúdo do curso oferecido pela Associação Santo Dias, torna-lhe uma mulher atuante e preocupada com as mudanças na sociedade?

9. Em que o curso oferecido pela Associação Santo Dias mudou a sua forma de agir, diante das dificuldades?

10. A senhora participou de alguma atividade extra (seminário, fórum, oficina)?

11. A senhora faz parte de algum grupo na Associação Santo Dias?

12. Há quanto tempo participa dos cursos oferecidos pela Associação Santo Dias?

13. A senhora participa de alguma organização, associação, sindicato, igreja ou grupo de oração?

() Sim () Não

Qual? _____

O que a senhora faz? _____

ANEXO II

Questionário dos coordenadores do

Projeto Geração de Renda e Desenvolvimento sustentável

Ilmo Sr.(a).

Este questionário tem a finalidade de obter dados referentes os cursos de formação da **Associação Sato Dias**, como parte da elaboração da monografia, para a conclusão do **II curso de Especialização em Direitos Humanos** da Universidade Federal da Paraíba-UFPB.

QUESTIONÁRIO:

Nome: _____

Gênero: Feminino () Masculino ()

1 – Qual a finalidade dos cursos oferecidos pela **Associação Santo Dias**?

2 – Qual é o papel social e político da **Associação Santo Dias** no contexto da sociedade paraibana?

3 – Quais as áreas de atuação dessa entidade?

4 – Como você ver a relação da **Associação Santo Dias** com as classes populares e o projeto de construção da cidadania entre as mulheres do meio popular?

5 – Você considera que os cursos oferecidos na **Associação Santo Dias** cumprem o seu papel social e político? Cite uns casos de pessoas que são atuantes, cuja formação se deram na **Associação Santo Dias**?
